



## A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DURANTE O REGIME MILITAR: UMA REFLEXÃO A PARTIR DE BRASIL E ARGENTINA

## LA EDUCACIÓN PROFESIONAL EN EL PERÍODO DEL RÉGIMEN MILITAR: UNA REFLEXIÓN A PARTIR DE BRASIL Y ARGENTINA

## PROFESSIONAL EDUCATION DURING THE MILITARY REGIME: REFLECTION ON THE ISSUE IN BRAZIL AND ARGENTINA

Marcelo Delatoura Barbosa  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Brasil  
E-mail: profmarcelodelatoura@bol.com.br

Eixo temático 7: Epistemologia, política educacional e realidade latino-  
americana

**Resumo:** O presente trabalho visa debater acerca do legado deixado pelo Regime Militar no Brasil e na Argentina no período compreendido entre 1964-1985 e 1976-1983 no campo da educação em geral e da educação profissional em específico. Dessa forma, a partir da visão crítica, refletir-se-á sobre o que foi feito à época e no que isso reflete nos dias atuais, sem, no entanto, um aprofundamento da análise, pois, não se enseja esgotar o assunto.

**Palavras-chave:** Legado. Regime Militar. Educação.

**Resumen:** El presente trabajo busca debatir acerca del legado dejado por el Regimen Militar en Brasil y en Argentina en el período comprendido entre 1964-1985 y 1976-1983 en el campo de la educación en general y de la educación profesional en particular. De esa forma, a partir de la visión crítica, se reflexiona sobre lo que fue hecho en la época y como eso se refleja en los días actuales, sin, todavía, una profundización del análisis, pues, tampoco se intenta agotar el tema.

**Palabras clave:** Legado. Régimen Militar. Educación.

**Abstract:** This study aims to discuss the legacy of the Military Regime in Brazil and Argentina in the period between 1964-1985 and 1976-1983 in the education area in general and more specifically regarding professional education. Based on a critical background, a reflection is developed on what was done at the time and how this reflects nowadays, without, however, deepening the analysis, once there is no intention to cover every aspect of this issue.

**Keywords:** Legacy. Military regime. Professional education.



## Introdução

A partir dos anos 60, a América Latina vivenciou uma série de governos autoritários regidos pelos militares que, pela força das armas tomaram o poder central, eliminando do caminho seus mais ferrenhos opositores. Na verdade, essa mazela histórica se iniciou com o advento da polarização do mundo Pós-Guerra entre os Estados Unidos e a União Soviética. Este, engendrando o avanço do comunismo real stalinista; aquele, combatendo veemente o avanço soviético e impondo seu poder como o mais novo país hegemônico.

Por seu turno, dentro desse contexto geopolítico, a América do Sul não poderia se livrar dos olhares do mundo ocidental, principalmente após a Revolução Cubana que, após muitas baixas humanas, conseguiu rechaçar a invasão estadunidense.

Destarte, dentre outros países Sul-Americanos, o Brasil e a Argentina sofreram severos golpes que assolaram suas democracias. No primeiro, para efeito de análise deste estudo, o período de autoritarismo se estendeu de 1964 a 1985; já no segundo país, o período entre 1976 e 1985 compreendeu uma ação histórica que se consubstanciou em profundas modificações societárias sentidas pelo povo argentino nos dias atuais.

Em tela, este trabalho se baseia numa reflexão epistemológica acerca das ditaduras militares no Brasil e na Argentina como foco no campo da educação em geral e, em específico, mas sem muito aprofundamento teórico, no campo da educação profissional a fim de, com base numa metodologia pautada em constructos teóricos existentes, contribuir junto à área das políticas educativas a partir de uma análise crítica dos acontecimentos que influenciaram o *ethos* do contexto educacional no eixo Brasil-Argentina.

Dessa forma e ensejando delinear o trabalho, este será estruturado numa breve visita ao cenário educacional e societário argentino e também brasileiro, sendo a seguir postos as considerações pertinentes.



## O Regime Militar e o cenário argentino

El gobierno ha de nacer del país. El espíritu del gobierno ha de ser el de el país. La forma del gobierno ha de avenirse a la constitución propia del país. El gobierno no es más que el equilibrio de los elementos naturales del país.  
José Martí

José Martí, grande intelectual cubano, nacionalista e um entusiasta da democracia e da liberdade. Ao seu tempo, registrou um pouco da barbárie cometidas pelas nações imperialistas na América Latina. Em Cuba, denunciou toda a forma predatória pela qual este país passou. Apesar de um nacionalista, não xenófobo, muito menos um extremista, apenas lutava pela liberdade do seu povo.

Assim, inseridos no contexto geopolítico da América Latina, os países da América do Sul, neste caso aqui, Brasil e Argentina, não escaparam do poder hegemônico centrado nos países do eixo mais desenvolvido do sistema capitalista e que, após a II Guerra Mundial e com o avanço da ideologia socialista-stalinista mundo a fora, precisaram reorganizar seu poderio e sua influência a fim de não perderem seu status hegemônica na Região Sul-Americana.

Como nos diz Saforcada, Vassiliades:

Latinoamérica es, sin dudas, una región dinámica, que ha vivido numerosos cambios políticos y sociales en los últimos años y que presenta hoy un panorama muy diverso. Luego de las dictaduras y los gobiernos de Nueva Derecha de las últimas décadas, América del Sur se caracteriza em la actualidad por estar llevando adelante procesos políticos muy dispares e incluso antagónicos, com regímenes claramente neoliberais em algunos países, processos intensos de transformación en otros, y, en otros más, gobiernos que, sin llevar adelante cambios radicales, buscan recomponer lo social con el desarrollo de políticas más inclusivas y un flerte giro en rol que asume el Estado. (Idem, 2011, p. 288).

Na verdade o que os autores relatam é a volatilidade da mentalidade na América do Sul em “virar à esquerda ou à direita” quando aprouver, como por exemplo, o caso dos governos ditatoriais no período de 1976-1983 na



Argentina e 1965-1985 no Brasil, regidos por forte influência externa, concentrando-se na excessiva acumulação de riquezas, na ofensiva do Estado contra os insurgentes e, principalmente, na concepção de educação atrelada ao desenvolvimento econômico.

Assim, para Southwell (2004, pág. 57) “de ello surge que la política del régimen dictatorial estuvo más centrada en la instalación de dispositivos policíacos y de control ideológico, que en un proyecto educacional articulado.”

Ainda segundo a autora:

Argentina vivió una enorme inestabilidad y arbitrariedad política durante la segunda mitad del siglo veinte, lo que alcanzó su máxima expresión durante la última ditadura militar que comenzó em 1976. El régimen dictatorial irrumpió el poder constitucional, invocando una situación de emergência, persiguió el propósito de alcanzar “un nuevo orden” y planifico la aniquilación destinada a todos aquellos opositores a su ideología ultraconservadora, estableciendo la cultura del miedo.” (Idem, ibidem, p. 58).

Dessa forma, na Argentina, instalou-se a ideia de um país enfermo, culminando com a prerrogativa da volta à grandeza original e aos valores essenciais (SOUTHWELL, 2004). Consoante, de acordo com Pineau *et al.*:

Los grupos que apoyaron a la ditadura compartían un balance fuertemente negativo del período político anterior – calificado de “violento”, “subversivo”, “desbordado”; “demagógico”, “populista” etc. – y coincidían en la necesidad de implementar un gran plan repressivo para reordenar el país. Esta función debía ser llevada a cabo por las fuerzas de seguridade – consideradas “baluartes Morales de la Nación”, “guardianes de la soberania”, “garantes de las tradiciones nacionales”, etc.- quienes debían aniquilar cualquier foco subversivo de oposición y devolver al país la paz y la tranquilidad perdidas. Esta tarea era prioritária, y no había que poner ningún tipo de reservas a las acciones que condujeran a esse fin. (Idem, s.d., p. 42).

Ainda segundo os autores “el sistema educativo fue un lugar privilegiado para su puesta en acción” (p., 43). Assim, “la mayor parte de las propuestas educativas de ese período partieron de la caracterización del sistema educacional como un aparato de inculcación ideológica.” (SOUTHWELL, 2004, p. 58).



Em consonância, as forças que controlavam o cenário argentino à época, impuseram um violento regime de repressão como aponta Pineau *et al.*:

El dispositivo de controlar social y acionar político del esquema repressivo se basa em la siguiente serie de inferências: 1) Todo hecho social es um hecho político; 2) Todo hecho político es um hecho subversivo; 3) Todo hecho subversivo debe ser reprimido.

Em los período em que está en vigência, los sujetos deben evitar la activación de esta cadena, lo cual era en muchos casos imposible. Durante la dictadur, prácticas “sociales” como la lectura de ciertas publicaciones (v.g. Hum®), la concurrencia a eventos culturales (v.g. recitales de rock), o el encuentro con ciertas personas, eran susceptibles de ser reprimidos por la fuerza pública si ésta así lo consideraba conveniente. A la inversa de los estados de derecho, toda persona se veía en la obligación de demostrar su inocência ante el poder porque la culpabilidad era su condición natural. (Idem, s.d., p. 43- 44).

Integrando o regime repressivo à massificação da ideologia vigente à educação seria possível então consolidar, pelo medo, o projeto hegemônico e nova ordem social, repelindo toda e qualquer ação antagonista. Semelhantemente ao Brasil, o caso argentino também engloba “una pedagogia de los valores, militarización del sistema educacional y una filosofía personalista, así como ciertos elementos de tecnocratismos. (SOUTHWELL, 2004, p. 59).

A autora nos esclarece, contudo que no início do regime militar do período em tela (1976-1983) este passou por suas contradições, pois era libertário sua concepção educativa, centrado nos valores da família e na Igreja Católica. Clarificando as ideias, a autora afirma que:

En el período 1976-1982, la educación era un área de gobierno muy inestable y esa inestabilidad tuvo una influencia clara en sus propósitos educacionales, que se unificaban solamente en la pretensión de un orden. Dada esa característica, no podemos observar un proyecto educacional en tanto tal, más allá de las características represivas y la pretensión del orden. Resultó fundamentalmente un intento por homogeneizar la sociedade en circunstancias favorables a la unificación en torno a intereses sectoriales. Seis Ministros de Educación en seis años llevaron adelante distintas políticas. También debe remarcarse que la pedagogia del régimen no fue desarrollada solamente por militares; en realidad, muchos de ellos eran civiles, intelectuales pertenecientes al campo educacional. (Idem, ibidem, p. 61).



Doravante, a ditadura argentina pode ser bem explicada, à luz do seu projeto pedagógico, pois este:

Combino la corriente denominada educación personalizada con el **paradigma tecnicista** (grifo meu); este último componente imprimió un fuerte sello instrumentalista a la propuesta del rol docente de régimen, junto con la fundamentación de los valores trascendentes e inmutables. Así, mientras un espiritualismo esencialista y restrictivo era la justificación teleológica para las propuestas educativas, la práctica pedagógica se planteaba en términos de saberes técnicos y administración de instrumentos eficientes. (SOUTHWELL, 2004, p. 62).

Em suma, o regime autoritário argentino compreendido entre 1976-1983 se utilizou, sobretudo, da educação como ferramenta propulsora dos seus ideais. Além disso, subjugou o trabalho docente aos seus ditames; reprimiu intensamente seus opositores; censurou livros e impôs um toque de ordem a fim de conter os possíveis focos de resistência.

Ademais, o regime militar argentino não se concentrou especificamente na educação profissional como objeto contundente à consecução do seu projeto, mas, sobretudo, ampliou seu leque de atuação no campo educacional como um todo, valendo-se da tendência tecnicista que se prestava ao pragmatismo e ao produto final, desprezando os atores (professores e alunos) com foco na produtividade, alienação e, principalmente, no controle social, semelhantemente ao caso brasileiro guardada as especificidades deste último e que serão visto a seguir.

### **O Regime Militar e o caso brasileiro**

Antes do golpe militar de 1964 – que para muitos é considerado como uma revolução democrática – é relevante conhecer os antecedentes históricos. Dessa forma, lanni destaque que:

Os anos de 1961-1964 foram particularmente importantes no que diz respeito às relações entre o Estado e a economia do País. Justamente, por serem anos de crise, durante esse



período tornaram-se mais evidentes, ou manifestaram-se de modo mais claro, alguns problemas cruciais gerados com o tipo de desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil. As flutuações das políticas econômicas dos governos dessa época, quanto aos seus objetivos e tentativas de execução, revelaram boa parte dos dilemas básicos com os quais se defrontava a sociedade brasileira de então. (Idem, 2009, p. 183).

Visto dessa forma, no período histórico que antecedeu o golpe de 1964, problemas sociais ficaram expostos, culminando com uma insatisfação muito grande por parte da população brasileira, principalmente as camadas mais pauperizadas. Dessa forma, ainda no intuito de compreender melhor o recorte histórico que antecedeu os anos de 1964, Romanelli, expõe que:

Durante o período que vai de 30 a 64, as relações entre política e economia caracterizaram-se por um equilíbrio mais ou menos estável entre o modelo político getuliano, de tendências populistas, e o modelo de expansão da indústria. Dentro deste último, o Estado teve papel importante, como já assinalamos, na direção dessa expansão e na implantação de condições mínimas de infra-estrutura e indústria básica. É por esse motivo que o empresariado não só se apoiou no poder público, como também o apoiou, inclusive apoiou ou tolerou o nacionalismo, como ideologia do Governo, em determinadas épocas. Então o modelo político tinha sua contrapartida no modelo econômico e o equilíbrio se manteve, embora, às vezes, de forma precária, enquanto durou o apoio da classe empresarial e das Forças Armadas à política de compromissos de Vargas. [...]

Os rumos do desenvolvimento precisavam então ser definidos, ou em termos de uma revolução social e econômica pró-esquerda, ou em termos de uma orientação dos rumos da política e da economia de forma que eliminasse os obstáculos que se interpunham à sua inserção definitiva na esfera de controle do capital internacional. Foi esta última a opção feita e levada a cabo pelas lideranças do movimento de 1964. (Idem, 2009, p. 193).

Pôde-se ver assim que, na esfera da expansão mundial do capitalismo – a globalização do capital -, o Brasil optou pela inserção nessa trama em detrimento da consolidação dos direitos sociais. Este fato culminou com uma onda populacional de manifestações que poderiam culminar com uma revolução popular e que não era de interesse das classes hegemônica acontecer. Por isso o golpe!



Já em relação à globalização enquanto fenômeno social, político, econômico e cultural, Tiramonti expõe que:

La globalización es una nueva organización del orden mundial que está resignificando las tradicionales desigualdades que ahora se fundamentan en el control diferencial del cambio tecnológico. Para algunos autores y estadistas el es cenário mundial aparece configurado por una mano invisible depositaria de una soberania que há sido perdida por los países. (Idem, 1997, p. 50).

Dessa forma, “a mão invisível” será a responsável por tomar as “rédeas da nação e do povo” a fim de conter os excessos, consolidando o projeto de inserção subalternizada do Brasil no cenário do capitalismo. Outra questão se concentra no controle social ante às ideais revolucionárias advindas da revolução russa, da chinesa e, principalmente, da cubana. Nesse ínterim, era preciso, dentre outras ações, controle sobre a educação, visando conter a “sombra vermelha” que rondava a América Latina.

De encontro a essa “temível sombra”, são tomadas iniciativas pelos atores hegemônicos no intuito do embate ideológico e consolidação do projeto que seguiria. Em tela, consoante à educação em geral e à educação profissional, em 1971, já sob os auspícios dos governos militares, é promulgada a Lei nº. 5.692 que tinha, entre outros objetivos, implementar uma educação pautada na tendência tecnicista – assim como no modelo argentino – haja visto em seu Artigo 5º, § 2º que versa sobre a parte de formação especial do currículo e onde estabelece que esta será pautada como sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau.

Por seu turno, pautando-se num discurso mais atual, porém fazendo alusão ao período do regime militar brasileiro 64-85, o que se tem visto no Brasil são simulacros de políticas educativas que trazem em si um viés de inclusão social ou produtiva, mas que na verdade visam sempre atender o mercado de trabalho já que este:

Do ponto de vista do mercado, os estudos que vêm sendo realizados permitem concluir que está em curso um processo





que pode ser caracterizado como “**exclusão includente**” (*grifo da autora*). Ou seja, no mercado identificam-se várias estratégias de exclusão do mercado formal, onde o trabalhador tinha direitos assegurados e melhores condições de trabalho, acompanhadas de estratégias de inclusão no mundo do trabalho através de formas precárias. Assim é que trabalhadores são desempregados e re-empregados com salários mais baixos, mesmo que com carteira assinada; ou re-integrados ao mundo do trabalho através de empresas terceirizadas prestando os mesmos serviços; ou prestando serviços na informalidade, de modo que o setor reestruturado se alimenta e mantém sua competitividade através do trabalho precarizado. [...]

A esta lógica, que estamos chamando de **exclusão includente** (*grifo da autora*), corresponde outra lógica, equivalente e em direção contrária, do ponto de vista da educação, ou seja, a ela dialeticamente relacionada: **a inclusão excludente** (*grifo da autora*), ou seja, as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondem os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente. (KUENZER, s.d., p. 14-15).

Esmiuçando a questão: tanto nos tempos atuais quanto durante o período da ditadura militar brasileira o que se tem visto no campo da educação profissional são Políticas Públicas transvestidas de programas focais pautados no discurso da inclusão social e produtiva, mas que na verdade apenas mantêm o *status quo* capitalista. À luz de entendimento, tendo como pano de fundo as políticas educativas, visando à elaboração e implementação de propostas concretas e não a volta ao passado com o retorno de ações que não deram certo, é imperativo pensar que:

Una política educacional incluye explícita e implícitamente al menos tres elementos: una justificación para considerar el problema a ser abordado; un propósito a ser logrado por el sistema educacional; y una “teoría de la educación” o conjunto de hipótesis que explique como esse propósito será alcanzado. El propósito puede estar asociado con los fines de la educación y puede ser trazado a partir de la teoría económica, la religión, la ética, la tradición, la ley, u otras fuentes normativas que prescriban como una sociedade o el grupo dominante desea concluir sus organizaciones.



Consecuentemente, las escuelas y otras instituciones que proveen programas educacionales deben preparar estudiantes para leer, para enfrentar el mundo del trabajo, y para aceptar su lugar en la sociedad y/o cuestionar el orden social actual. Para tal efecto, las insituciones educacionales han de operar de manera eficiente, tratar a todos por igual, garantizar el acceso a todos los grupos sociales, y/o perpetuar el orden existente. (ESPINOZA, 2009, p. 4).

Portanto, no campo da educação em geral e da educação profissional em específico, ao período ditatorial brasileiro compreendido de 1964-85, visto aqui, o que se pode dizer que foi pautada no desenvolvimento econômico e crescimento da indústria a custas de liberdades e endividamento do país. Além disso, foi introduzido na educação como um todo, assim como o caso argentino, a doutrina da teoria do capital humano personificada no tecnicismo, tendo a produtividade como um fim em si mesma.

### **Considerações finais**

No período que antecedeu o golpe militar de 1964, o Brasil trafegava no nacional-desenvolvimentismo esquerdista, sendo esta concepção modificada pelos militares que puseram em prática a doutrina da interdependência (SAVIANI, 2008). Clark et al reiteram o pensamento anterior, afirmando que, com o governo instalado em 1964, pôs-se em curso o autoritarismo e o terror por parte do Estado brasileiro, o crescimento econômico e as reformas institucionais, inclusive a educação. No caso argentino, a ditadura procurou manter sob controle aqueles que protestavam ou assim tentavam a fim de derrubar o sistema.

Doravante, em ambos os casos os regimes foram extremamente repressivos, não tolerando qualquer tipo de oposição. Usaram todas as “armas” que dispuseram no intuito de efetivas suas ações. Nesse caso, apropriando-se do sistema educativo, os governos militares de Brasil e Argentina realizaram um contra-revolução cultural, objetivando a massificação de seus ditames como ordem estabelecida e sem questionamentos. Em consonância à educação profissional, neste caso no Brasil, baseando-se nos postulados da



teoria do capital humano, foram realizadas grandes reformas com foco numa educação profissional que estivesse atrelada ao desenvolvimento econômico, nesse caso, valendo-se também dos marcos legais de caráter impositivo e utilitarista. Na Argentina, pelo menos no que foi exposto aqui e guardada as especificidades entre os países, o que se viu foi uma atuação mais dinâmica e concentrada, sobretudo, em manter o poder.

Por hora, não é pertinente encaminhamentos contundentes sobre qual ditadura foi menos pior, pois acredito que só a palavra ditadura já impõe medo. O que, portanto, pode-se inferir é que talvez o objetivo maior das forças por trás dos golpes e dos respectivos governos militares era o de conter o avanço das ideias socialistas em território Sul-Americano fato este que não interessava às classes dirigentes dos respectivos países muito menos às forças internacionais, especificamente os Estados Unidos e alguns países da Europa atrelados ao poderio capitalista.

Destarte, para combater essas ideias e conter a fúria de um levante popular armado, os grupos mais organizados e com maior poder econômico se orquestraram, realizando sua própria “revolução”, levando a cabo anos de “chumbo” com uma grande concentração de riqueza, proliferação da miséria e um acentuado endividamento público.

Além disso, apropriando-se da educação como um bem universal, transformaram-na num bem individual e como uma “autêntica arma de guerra”, pois era preciso uma ação sob algo muito dinâmico – neste caso a educação – para promover o processo de alienação e manipulação aos interesses dos blocos de poder que emergiam à cena política de ambos os países.

À guisa de conclusão, é mister sempre um retorno ao passado para que seja possível não cometer os mesmos erros. Nesse caso, tanto Brasil e Argentina, nos dias atuais, precisam engendrar ações no campo educacional, dentre outros campos, que tenham como norte a dignidade da pessoa humana. Desenvolvimento econômico? Sim, porém com equilíbrio. Crescimento econômico? Sim, sobretudo com distribuição de riqueza! Talvez soe como utopia, mas, enquanto não se vê um mundo diferente do que está posto aí, é



imperativo a todos aqueles que sonham com um mundo mais justo e melhor a luta contínua por esse ideal até ser possível dizer: “agora somos felizes!”

### Referências

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau.

CLARK, J. U.; NASCIMENTO, M. N. M.; DA SILVA, R. A. A administração escolar no período do governo militar (1964-1984). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 124-139, ago. 2006.

ESPINOZA, O. Reflexiones sobre los conceptos de “política”, políticas públicas y política educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v.17, n. 8, abr. 2009.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

KUENZER, A. Z. **Exclusão includente e inclusão excludente:** a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. S.d., S.l., Disponível em: <[www.forumeja.org.br](http://www.forumeja.org.br)>

MARTÍ, J. **Nuestra América:** edición crítica. Investigación, presentación y notas. Cintio Vitier, 1981.

PINEAU, P. *et al.* **El principio del fin:** políticas y memorias de la educación en la última ditadura militar (1976-1983). Buenos Aires: Colihue, s.d.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930-1970).** 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SAFORCADA, F.; VASSILIADES, A. Las leyes de educación en los comienzos del siglo XXI: del neoliberalismo ao postconsenso de Washington en América del Sur. **Educación & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 287-304, abr./jun. 2011.

SOUTHWELL, M. La escuela como gendarme: una mirada sobre la política educativa de la ditadura argentina. **Puentes**, sep. 2004.

TIRAMONTI, Guillermina. Los imperativos de las políticas educativas de los 90. **R. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 23, n.1/2, p. 49-69, jan./dez. 1997.